

Preâmbulo

A noção de que existem problemas ambientais de escala global, em particular os que têm a ver com a composição da atmosfera, como o buraco da camada de ozono ou o efeito de estufa, já nos acompanha há algumas décadas. Mas a verdade é que, durante a maior parte desse tempo, tais problemas globais estiveram longe de ser considerados determinantes pelos responsáveis pela condução de povos e nações. Ou quando o foram – como no caso da camada de ozono, que foi um caso assinalável de rapidez entre a descoberta científica e a acção política –, foram encarados como mais um problema entre tantos, sem um significado mais geral e profundo.

Creio que esta situação mudou nos tempos que correm: a percepção generalizada de que há vários problemas globais graves, alguns deles directamente ligados ao ambiente, instalou-se de vez; e a percepção de que isso tem o significado último de que o desenvolvimento humano segue uma rota insustentável, tende a prevalecer. Uma sequência de crises – da crise financeira à crise económica, da crise do preço dos alimentos à do preço dos combustíveis, da crise climática à crise da perda de biodiversidade –, tem contribuído para esta mudança de percepção. O mundo efectivamente globalizado em que vivemos passou a ter mais problemas que se medem e manifestam à escala global, pela simples razão de que a actividade humana tem impacto em todo o planeta. Mas desgraçadamente, a humanidade ainda está muito longe de ter um sistema de governação global minimamente efectivo. E no entanto, parece por demais evidente que vai ser preciso saber governar e gerir o planeta de uma forma bem melhor do que a que tem vigorado até hoje.

Os seres humanos têm tratado a biosfera como se ela fosse eterna, inesgotável, resiliente e imutável, ou simplesmente sem pensar nisso. Têm desconsiderado o facto de que dependem dos sistemas de suporte de vida do planeta, que lhes são providenciados pelos ecossistemas naturais e semi-naturais, e pela própria diversidade biológica. Há pois uma enorme necessidade de conhecer e avaliar o estado dos ecossistemas do mundo e seus serviços, e de pôr em evidência como são fundamentais para o bem-estar humano. É isso que o Millennium Ecosystem Assessment em boa hora se propôs fazer, numa missão hercúlea e ambiciosa,

mas que tem sabido prosseguir e dar frutos. Esta Avaliação veio dar um contributo magno para a tarefa de consolidar a valorização instrumental da natureza e da biodiversidade, como fontes que são de satisfação de interesses humanos directos ou indirectos, incluindo os de índole material e económica. E esse tipo de valorização – sem desprimor para as de outra índole – é verdadeiramente crucial para poder gerar as opções e decisões políticas susceptíveis de melhor conservar e gerir os ecossistemas do mundo.

Um aspecto notável para nós, portugueses, é o facto de ter havido uma *Avaliação do Millennium Ecosystem Assessment* autónoma e específica para Portugal. Não foram muitos os países bafejados por uma análise de âmbito nacional, mas graças à capacidade de iniciativa dos investigadores envolvidos, temos nesta obra um diagnóstico e avaliação prospectiva da situação das nossas florestas, montanhas, águas superficiais e subterrâneas, costas, mares, montados, sistemas agrícolas, ilhas oceânicas e biodiversidade. É uma análise abrangente e de vulto, que contribui directamente para o cerne daquele que entendo dever ser hoje o desígnio máximo da política, a qualquer nível a que se exerça: a busca da sustentabilidade. Espero e desejo que saibamos colectivamente tirar proveito deste contributo para influenciar a sociedade portuguesa nesse caminho exigente, mas indispensável.

Humberto D. Rosa
(Secretário de Estado do Ambiente)